



Ministério da Fazenda
Receita Federal do Brasil
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 9ª Região Fiscal
Delegacia da Receita Federal do Brasil em Blumenau/SC
R. Namy Deeke, 40, Centro, Blumenau
Telefone: 47 3221 7800 Fax: 47 3326 6069

Ofício nº 021/2011/GAB/DRF/BLU-SC

Blumenau-SC, 01 de março de 2011.

Ilmo. Senhor
Paulo Roberto Eccel
Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI
Rua Alberto Stein, 466
Bairro: Velha - Blumenau/SC - **CEP:** 89036-200

Assunto: Relação de Alvarás e Habite-se

Sr. Presidente

Os Municípios, através de seu órgão competente, devem fornecer a relação de alvarás para construção civil e documentos de habite-se concedidos, conforme disposto no art. 50 da Lei 8.212/91, com redação dada pela Lei nº 9.476, de 23/07/97.

A relação de alvarás e habite-se concedidos deve ser encaminhada até o dia 10 do mês seguinte, apresentada em arquivo digital, mesmo que não tenha havido a emissão dos citados documentos. O descumprimento do acima disposto sujeita o município à penalidade prevista no art. 92 da Lei 8.212/91, com o valor da multa definido pela Portaria Interministerial MPS/MF nº 568, de 31/12/2010.

A regulamentação da forma de geração e entrega de informações relativas a alvarás e documentos de habite-se, no formato digital, a serem remetidas pelos órgãos competentes dos municípios, foi estabelecida pela Portaria INSS/DIREP nº 53 de 09 de junho de 2004, alterada pela Portaria MPS/SRP nº 160, de 21 de junho de 2005.

Para regularizar a situação os municípios que deixaram de transmitir os arquivos digitais, com as informações referentes aos alvarás e habite-se emitidos a partir de janeiro de 2006 deverão transmiti-los retroativamente até o mês atual.

Para os Municípios que não tenham um sistema próprio de controle de alvarás e habite-se a RFB disponibiliza um sistema de gerenciamento de obras (módulo prefeitura) – SisobraPref, sem ônus, que pode ser obtido no link: <http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/SisCadObraModPref.htm>

Considerando todo o exposto e o dever da Receita Federal do Brasil de cumprir sua missão institucional, solicitamos a especial atenção desta Associação no sentido de uma atuação específica de orientação e alerta quanto ao cumprimento espontâneo desta obrigação, às Prefeituras Municipais no âmbito de sua respectiva jurisdição fiscal.

Nos colocamos à disposição para nos fazer presentes em uma das próximas reuniões com os representantes dos municípios para que possamos, pessoalmente, prestar maiores informações e esclarecimentos sobre a forma de cumprimento desta obrigação acessória pelos entes federativos municipais associados a AMMAVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí.

Atenciosamente,



Mário Sueki Sonomura

Delegado da Receita Federal do Brasil em Blumenau/SC